

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
– RDC-SRP N. 03/2018 – PORTARIA N. 1948/2018

RDC-SRP N. 03/2018

Ref: Esclarecimentos a respeito do BDI apresentado em proposta

MTEC ENERGIA EIRELI – EPP, já devidamente qualificada na presente licitação, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com a finalidade de apresentar seus esclarecimentos a respeito das constatações de suposta inconformidade de sua proposta anotadas na Ata da sessão de licitação de 10/04/2019, o que faz com base nas razões a seguir especificadas.

Conforme consta da Ata da sessão de licitação realizada em 29/03/2019, a ora requerente foi a empresa que apresentou a melhor proposta de preços para os itens 11, 12, 14, 15, 21 e 22 da licitação. Assim, passou a comissão a examinar a sua documentação completa, tendo apontado na sessão do dia 10/04/2019 a seguinte suposta inconsistência (alínea “d” da Ata):

d) MTEC ENERGIA EIRELI – EPP, CNPJ: 22.310.018/0001-22 (itens 11, 12, 14, 15, 21 e 22) – I) “ANEXO XXI – TAXA DE BDI: Apresentou apenas 1 cálculo de BDI. De acordo com os valores informados pela empresa, refizemos os cálculos e verificamos divergência no BDI. Valor informado pela empresa 13,65% e resultado 14,17%; II) Projeto Básico – Anexo I: Faltou catálogo das placas, inversor e estação solarimétrica”.

Em relação ao BDI da proposta, contudo, a despeito da respeitável conclusão apresentada pela Comissão de Licitação, percebe-se que uma interpretação sistemática entre o edital e os esclarecimentos prestados antes da sessão inaugural da disputa conduz a entendimento que justifica a apresentação de apenas um cálculo de BDI.

Vejamos. Em 07/01/2019, a empresa SICES Brasil Ltda. encaminhou solicitação de esclarecimento a essa Comissão, por meio da qual se lia o seguinte:

Prezados, boa-tarde,
Razão Social: SICES BRASIL LTDA, Endereço: AVENIDA PORTUGAL, 1.174 - CONDOMINIO ONIX - GALPÃO 03 E 04 Bairro: ITAQUI Cidade: ITAPEVI
Estado: SÃO PAULO País: BRASIL CEP: 06696-060 Telefone (011): 4193-2008 Fax (011): 4193-2008, vem a apresentação de Vsas. solicitar o seguinte
Pedido de Esclarecimento ao ao Edital RDC Nº 003/2018:
Pergunta 1: - Forma de Faturamento

A Legislação vigente em âmbito nacional, em especial o Decreto 7.660/2011 e Convênio ICMS 101/97, concedem benefícios fiscais para equipamentos utilizados em geração de energia solar e eólica. Questionamos se, denominado “Conjunto Fotovoltaico CJFV”, poderá ser faturado com os NCMs nº 8501.33.20 e/ou 8501.34.20 (conforme a potência), que **para melhor aproveitamento Fiscal**.

Cumpramos observar que na Nota Fiscal de Venda do Gerador Solar Fotovoltaico incidirá os impostos descritos abaixo:

PIS – 1,65% / COFINS – 7,60% / ICMS – 0% / IPI – 0% e, sobre o lucro incidirá: CSLL – 9% / IR – 10% + 15%

Não cabe nesta emissão de Nota Fiscal de Venda, **nenhuma incidência de impostos sobre serviços**, pois todos os serviços estão contemplados na industrialização do Gerador Solar Fotovoltaico mediante a emissão dos NCMs nº 8501.33.20 e/ou 8501.34.20 (conforme a potência).

Cumpramos observar, que o não aproveitamento fiscal, conforme legislação supracitada, com IPI alíquota “zero” e isenção de ICMS, traz impacto significativo na aquisição do Conjunto Fotovoltaico, por parte da Contratante, pelos motivos expostos quanto ao incentivo fiscal para energia solar no Brasil.

Questionamento: Este respeitado órgão da Administração Pública aceitará o faturamento na forma de GSF a fim de obter o aproveitamento fiscal e consequentemente adquirir o objeto do certame a um custo menor?

Agradecemos desde logo pelos esclarecimentos.

(grifo nosso)

A resposta ao solicitado foi prestada por meio do ESCLARECIMENTO N. 01 – RDC SRP N. 03/2018, de 08/01/2019, por meio do qual essa Comissão de Licitação apontou o seguinte:

Consultada a Coordenação-Geral Contábil deste IFSULDEMINAS, informamos que **é possível, sim o faturamento na forma em que indagado, isto é, como gdf, com o fim de obter-se o melhor aproveitamento Fiscal.**

(grifo no original)

Sabe-se que os esclarecimentos prestados pela Administração possuem natureza vinculante para os licitantes e para a própria entidade licitante. Nesse sentido, confira-se a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Enunciado

Esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante possuem natureza vinculante para todos os participantes do certame, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório.

(...)

Voto

(...)

8. Considerando que os esclarecimentos prestados administrativamente, emitidos justamente para responder a questionamento da ora recorrente, possuem natureza vinculante para todos os licitantes, não se poderia admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório. Tal entendimento, conforme consignado pelo Secretário, encontra amparo em decisão do Superior Tribunal de Justiça. No âmbito desta Corte, o Acórdão 130/2014-Plenário traz posicionamento na mesma linha.

9. Nesses termos, há que se negar provimento ao presente recurso.

(TCU, Acórdão n. 299/2015-Plenário, Rel. Min. Vital do Rêgo, julgado em 25/02/2015. Grifo nosso).

Atentando a esse princípio – que é decorrência do próprio princípio da vinculação ao instrumento convocatório, contido nos artigos 3º e 41 da Lei n. 8.666/93

–, a MTEC considerou a resposta acima indicada, prestada pelo IF Sul de Minas, e elaborou o BDI de sua proposta com base no tratamento fiscal favorecido descrito no pedido de esclarecimentos elaborado por sua concorrente.

Seguindo essa linha, não há qualquer necessidade de fracionamento no BDI apresentado. Como admitido por essa Comissão, repetimos, o tratamento fiscal favorecido foi textualmente admitido, tendo a Administração deixado aberta a possibilidade de faturamento proposta pela licitante que havia indicado que “nenhuma incidência de impostos sobre serviços” seria cabível, justamente porque “todos os serviços estão contemplados na industrialização do Gerador Solar Fotovoltaico”.

Destaque-se que esse modelo **traz benefícios econômicos ao próprio IF Sul de Minas**, eis que reduz a carga tributária incidente sobre a operação e, assim, o próprio desembolso do contratante, que, dessa forma, pode se valer de um benefício tributário contemplado pela legislação de regência justamente com o intuito de incentivar a adoção de matrizes energéticas limpas, renováveis e autossustentáveis.

Ainda, com relação a divergência no valor numérico do BDI apresentado, foi realizada diligência dos cálculos e as devidas correções foram aplicadas.

Por sua vez, em relação ao Projeto Básico – Anexo I, apresenta os catálogos das placas, inversor e da estação solarimétrica considerados em sua proposta.

Diante do exposto, prestados os esclarecimentos acima, requer-se seja considerada adequada a proposta da requerente aos termos do edital de licitação.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.
Brasília, 15 de abril de 2019.

MTEC ENERGIA EIRELI – EPP
CNPJ 22.310.018/0001-22